

O AJUSTE FISCAL Para o presidente, quanto antes as mudanças forem feitas, mais rapidamente o país retomará seu crescimento

FH cobra reforma urgente ao Congresso

Reprodução de TV

BRASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso confirmou ontem, em pronunciamento na TV, que entre as medidas de ajuste fiscal que serão anunciadas hoje haverá aumento da contribuição dos servidores públicos à Previdência, da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Mas garantiu que não haverá qualquer modificação no Imposto de Renda de Pessoa Física, no INSS ou nos "impostos que acabam recaendo sobre os mais pobres".

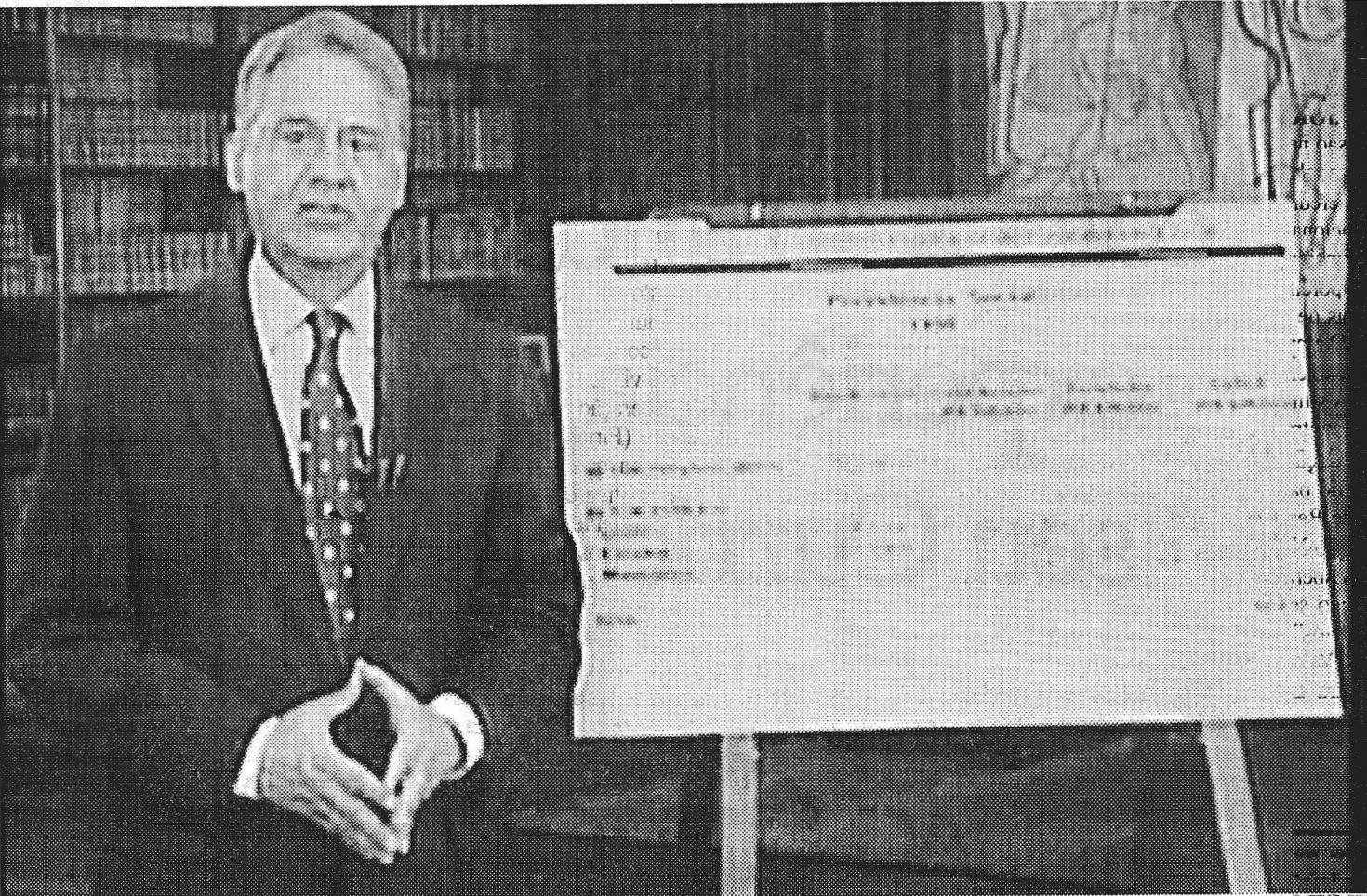
Fernando Henrique anunciou que está propondo ao Congresso um corte de R\$ 8,7 bilhões sobre as contas de custeio do Orçamento Geral da União para 1999. "Irá além disso significaria paralisar atividades essenciais do estado". Segundo o presidente, esse é um corte "sem precedentes", que deixa clara "a determinação do governo em alcançar o equilíbrio fiscal no mais curto prazo".

Didático, o presidente apontou em uma tabela que a Previdência Social é a área onde o governo mais gasta e menos arrecada. Segundo ele, o prejuízo da Previdência é de R\$ 42 bilhões, dos quais apenas R\$ 7,8 bilhões são produzidos pelos aposentados da iniciativa privada, que somam 18 milhões de pessoas. Já na Previdência pública, disse Fernando Henrique, apenas 905 mil pessoas produzem um déficit de R\$ 18 bilhões.

O presidente explicou que só pode autorizar cortes em uma parcela equivalente a um quarto do Orçamento, porque todo o resto é vinculado a despesas previstas na Constituição, como salários e benefícios das Previdência. "A maioria dos cortes e do aumento da arrecadação são medidas transitórias, para atender uma situação de emergência", disse o presidente, garantindo que serão suspensas assim que as contas públicas voltarem ao equilíbrio.

Fernando Henrique disse que as medidas visam obter um equilíbrio fiscal a curto prazo, permitindo reduzir a taxa de juros. "Não existe nada pior para o país do que as taxas de juros em vigor desde que a crise internacional começou", afirmou, destacando, entretanto, que a solução para o equilíbrio definitivo das contas do setor público só vem com a aprovação, pelo Congresso, das reformas da Previdência, Administrativa e Tributária.

"O caminho mais rápido e de menor custo para a população está em concluir as reformas com toda a urgência", afirmou. E cobrou do Congresso: "vote as reformas e o programa de estabilidade fiscal, em regime de urgência. Quanto antes essas mudanças forem feitas, menor será o seu custo e mais rapidamente baixarão as taxas de juros, aumentarão os investimentos, serão gerados mais empregos e o país retomará sua trajetória de crescimento".



Fernando Henrique quer reformas logo: "Não tem sentido o Brasil continuar com um rombo de R\$ 42 bilhões na Previdência"